



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I-CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

SAYONARA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA

**LIMITES DO SER E DO ESTAR: UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO
URBANA DO DISTRITO DE SANTA TEREZINHA-PB (1927 - 1970)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

SAYONARA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA

**LIMITES DO SER E DO ESTAR: UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO
URBANA DO DISTRITO DE SANTA TEREZINHA-PB (1927 - 1970)**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para à obtenção do título de
licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Carreiro Santana.

CAMPINA GRANDE – PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48l Oliveira, Sayonara Silva Pereira de.
Limites do ser e do estar [manuscrito] : uma história da formação urbana do distrito de Santa Terezinha-PB (1927 - 1970) / Sayonara Silva Pereira de Oliveira. - 2019.
28 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Formação de território. 2. Bairros periféricos. 3.
Problemas urbanos. I. Título
21. ed. CDD 710

SAYONARA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA

LIMITES DO SER E DO ESTAR: UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO
URBANA DO DISTRITO DE SANTA TEREZINHA-PB (1927 - 1970)

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para à obtenção do título de
licenciatura em História.

Aprovada em: 27/12/19

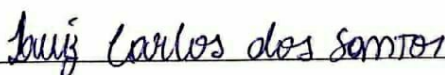
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Flávio Carneiro de Santana (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (NUPEHL/DH/UEPB)



Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (NUPEHL/DH/UEPB)

Dedico este trabalho a minha família por todo o apoio e esforços que auxiliaram na minha jornada até aqui. E aos meus amigos por toda a ajuda, compreensão e carinho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 HISTÓRIA LOCAL, CULTURAL E POLÍTICA	10
<i>2.1 Bairros e distritos</i>	<i>11</i>
<i>2.2 Os bairros como uma fabricação do território usado</i>	<i>13</i>
<i>2.3 Território limítrofe: os bairros-distrito</i>	<i>15</i>
<i>2.4 Identidade e pertencimento</i>	<i>16</i>
3 O DISTRITO DE SANTA TEREZINHA: LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PECULIARIDADES	18
<i>3.1 Considerando as questões políticas e culturais</i>	<i>27</i>
<i>3.2 A política administrativa municipal no distrito de Santa Terezinha</i>	<i>28</i>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

LIMITES DO SER E DO ESTAR: UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA DO DISTRITO DE SANTA TEREZINHA-PB

Sayonara Silva Pereira de Oliveira¹

RESUMO

Para compreender a formação dos bairros que se configuram como distrito e a problemática do território limítrofe, carregado de uma política ambígua, que é o caso de Santa Terezinha, no presente trabalho realizamos uma análise acerca da formação, das transformações e das peculiaridades envolvidas no distrito de Santa Terezinha também buscamos contemplar questões da política administrativa ambígua vivenciada nesta comunidade situada em um território sem delimitações claras, ficando entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba. Para isso definimos o recorte temporal entre 1927, data do documento mais antigo localizado a respeito do lugar que hoje é Santa Terezinha, e o início da década de 1970, período relevante para a construção do imaginário de separação no bairro-distrito referido. Com relação às escolhas metodológicas feitas nesta pesquisa, optamos por uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. Realizada com procedimentos bibliográficos e documentais. Para a realização da revisão bibliográfica, nos apoiamos principalmente em autores como Pierre Mayol, Soheil Ali-Zadeh Rastan, Michael E. Smith, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Zigmunt Bauman, Stuart Hall, J. B. Pacheco, uma vez que suas contribuições foram essenciais para Tecermos nossa análise acerca da formação dos bairros e distritos, assim como a relação entre território e identidade.

PALAVRAS - CHAVE: Formação de território. Bairros periféricos. Problemas urbanos.

ABSTRACT

To understand the formation of neighborhoods that are configured as a district and the problematic of the neighboring territory, loaded with an ambiguous policy, which is the case of Santa Terezinha, in the present paper we analyze the formation, the transformations and the peculiarities involved in the district. Santa Terezinha also sought to address issues of ambiguous administrative policy experienced in this community located in a territory without clear boundaries, being between the municipalities of Campina Grande and Massaranduba. For this we define the time frame between 1927, date of the oldest document located about the place that today is Santa Terezinha, and the beginning of the 1970s, a relevant period for the construction of the separation imaginary in the referred district-district. Regarding the methodological choices made in this research, we opted for an exploratory-descriptive research with a qualitative approach. Performed with bibliographic and documentary procedures. For the bibliographical review, we mainly rely on authors such as Pierre Mayol, Soheil Ali-Zadeh Rastan, Michael E. Smith, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Zigmunt Bauman, Stuart Hall, JB Pacheco, since their contributions were essential. To weave our analysis about the formation of neighborhoods and districts, as well as the relationship between territory and identity.

KEYWORDS: Territory Formation. Outlying neighborhoods. Urban problems.

¹ sayoliveira3215@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1930 e 1970, diversas transformações ocorreram, tanto no sistema político, quanto nas divisões territoriais no estado da Paraíba. Alguns distritos de Campina Grande foram desmembrados e se tornaram cidades, alcançando suas respectivas elevações de status e emancipações políticas. Em maio do ano de 1965, o distrito de Massaranduba foi emancipado e se torna cidade, compondo o seu território, a mesma delimitação que possuía enquanto ainda era distrito de Campina Grande. Porém, o distrito de Santa Terezinha não fora criado ou anexado oficialmente por Massaranduba como comumente alega a prefeitura do município. Ainda nos dias de hoje não possuem qualquer comprovação legal da anexação do distrito por meio de decretos municipais ou estaduais, ao território de Massaranduba.

Segundo dados coletados por meio do IBGE², SESUMA (2014) e SEPLAN, o distrito de Santa Terezinha na divisão territorial datada de 31-12-1968 foi anexado ao distrito sede do município, desta forma, foi criado o distrito, mas nunca foi instalado de fato sendo anexada a Campina Grande.

Segundo a lei estadual nº 3361, de 06-09-1965 - parágrafo único - O distrito de Santa Terezinha se configura como um distrito Judiciário, criado pelo Estado da Paraíba, o qual obedece aos limites do distrito policial. Dessa forma, entendemos que a criação do distrito não ocorreu mediante as decisões municipais.

Funcionando como um ponto de encontro entre as cidades já citadas, ambas fornecem serviços ao distrito. Existe também um eixo de deslocamento dos sítios e bairros próximos para o local por conta das escolas e das igrejas existentes no local, além do posto de saúde e cartório. Justamente por se encontrar mais próxima que Massaranduba e Campina Grande. É possível notar no distrito uma dificuldade em determinar o seu pertencimento, tanto politicamente quanto em sua identidade social. Existe uma mobilidade identitária no local que depende do *para quem servirá* essa identidade. Notamos que ao longo dos anos os moradores deste distrito vêm transitando entre ser massarandubense ou campinense dependendo do motivo ao qual será aplicado, seja para o recebimento de um benefício ou para uma oportunidade de trabalho, entre outros motivos. No geral existem diversos problemas políticos e administrativos no lugar e discutiremos alguns ao longo deste trabalho.

Para isso, fora definido o recorte temporal partindo da década de 1920 até a década de 1970 e a partir do recorte, feita a divisão em dois momentos a serem desenvolvidos no decorrer da discussão, entenderemos como se construiu essa mobilidade identitária, como a religiosidade e a agricultura familiar influenciaram profundamente na organização e desenvolvimento do bairro, levando em consideração também as questões político-administrativas e seus jogos de interesse. Dessa forma, também trabalhamos as questões vinculadas ao “poder” no local.

No primeiro momento, discutiremos conceitos intrínsecos nesta pesquisa para que haja uma maior compreensão do assunto a ser discorrido no segundo momento. Para isso, optamos pela utilização dos seguintes autores: Soheil Ali-Zadeh Rastan, Michael E. Smith, Pierre Mayol, e J. B Pacheco para iniciar a discussão acerca dos bairros e distritos nos utilizando dos conceitos empregados pelos mesmos acerca do assunto. Em sequência conceituamos Território através das concepções de Milton Santos, Rogério Haesbaert e através de Maiara Gomes *et al.* Já para conceituarmos Identidade e discorremos a respeito das questões relacionadas ao sentimento de pertencimento, utilizamos Zigmunt Bauman e Stuart Hall, assim fechando o primeiro momento, dividindo-o em pequenas seções para cada conceito.

² Data não especificada. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/campinagrande.pdf>

No segundo momento, pretendemos analisar o distrito de Santa Terezinha a partir do final da década de 1920, quando identificamos o início de um processo de deslocamento religioso para o local, assim como a instalação de templos religiosos, englobando os processos de apropriação e de povoamento resultantes da agricultura familiar e da religiosidade expressa no local enquanto este ainda estava na condição de vila (lugarejo). Dessa forma criando a possibilidade de compreender a relação e influência de Santa Terezinha sobre os sítios próximos em relação à religiosidade assim como diante do propósito escolar e no lazer da população residente do povoado, como também dos povoados vizinhos. A partir dessas informações, entendermos o porquê deste bairro/distrito ter sido vinculado ao território de Massaranduba mesmo estando tão distante da sede e quase não mantendo contato direto com a mesma.

Desta forma, por meio desta pesquisa, nas partes mencionadas buscamos compreender como a formação contemporânea dos bairros e distritos como o bairro/distrito de Santa Terezinha, que é nosso objeto central de estudo para esta pesquisa, se constrói e se estabelecem seguindo os mesmos aspectos presentes nas sociedades pré-urbanas, dessa forma, representando o que seria uma permanência e insistência na continuação de modelos arquetípicos de organização social as margens do núcleo das cidades e como estes aspectos contribuem para suas indefinições geográficas, políticas e identitárias. Realizamos uma análise dos aspectos arquetípicos que ainda influenciam na formação dos bairros e distritos em nossa sociedade atual e que acabam por favorecer o desenvolvimento de ambiguidades administrativas, territoriais e identitárias. Partimos da hipótese de que os bairros ainda se formam seguindo modelos arcaicos de organização do espaço num núcleo social semelhante às sociedades pré-urbanas, e de que Santa Terezinha se encontra como exemplo claro desse modelo. Tanto nas indefinições políticas administrativas, nos seus limites geográficos indefinidos, quanto na sua identidade de pertencimento.

Gil (2008) define o “método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” Com relação às escolhas metodológicas feitas, seguiremos o método exploratório-descritivo, que consiste em uma combinação das pesquisas exploratórias e descritivas. Sendo pesquisas exploratórias aquelas cuja finalidade encontra-se em “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, p.27, 2008). Já as pesquisas descritivas têm objetivo de fazer a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, p. 28, 2008). Somando-as, estabelecemos uma pesquisa que partiu de uma visão geral, porém aproximada com o objeto, fazendo um estudo das características do bairro/distrito de Santa Terezinha, seus ritos e suas crenças e descrevendo-as, uma vez que esta (comunidade) foi pouco explorada nos respectivos aspectos.

A pesquisa feita possui natureza qualitativa fazendo uso de fontes bibliográficas, para revisar conceitos existentes pertinentes ao assunto e fontes documentais. Segundo Severino (2007) a pesquisa documental é aquela tem como fonte documentos num sentido amplo, sendo estes documentos de diferentes tipos, impressos ou não, nos quais seus conteúdos ainda não passaram por uma análise, sendo esta matéria-prima para o pesquisador desenvolver sua investigação. Desta forma, a análise feita das fontes documentais é de responsabilidade nossa.

Os documentos utilizados nesta pesquisa consistem em documentos retirados dos arquivos de decretos-lei do poder Legislativo do Estado da Paraíba, arquivos cartoriais e documentos eclesiásticos, entre outros, todos analisados no seu sentido mais amplo, dando margem à análise não só do que está no documento como também, ao que podemos interpretar nas entrelinhas, o que nos aproxima da noção de documento monumento defendida por Le Goff (1990), salientamos que os documentos usados produzem uma verdade, mas não

uma verdade absoluta e está livre para novas análises. Os documentos analisados foram tomados como um produto da sociedade num tempo passado que hoje nos auxilia na recuperação dessa memória coletiva envolta no bairro de Santa Terezinha. Le Goff (1990) propõe que seja feita uma análise do documento enquanto monumento e destaca que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, p.535-536, 1990)

Sendo as fontes encontradas mapas da região, localizados através do Ideme e SESUMA, documentos de doação de terrenos e escrituras de propriedades datilografadas (documento de terras), conseguidas junto a Paróquia Santíssima Trindade, registros de actas de reuniões religiosas manuscritas (documentos eclesiásticos) a qual tivemos acesso através de membros da Igreja Congregacional Gêtsemani de Santa Terezinha. Entendemos que além da análise do documento enquanto monumento foi preciso nos moldar tanto a ortografia quanto a caligrafia dos documentos como nos alerta Bacellar (2009, p. 55) “(...) não devemos escolher fontes por sua maior ou menor facilidade de leitura.” e sobre a necessidade de nos moldarmos e enfrentarmos os desafios que as fontes documentais nos despertam.

A ideia de trabalhar a construção histórica desses espaços salientando a influência da coadministração municipal no cotidiano e no aparato político administrativo do espaço e de seus residentes surge como uma possibilidade de entendermos como ocorre a construção da identidade ambígua em territórios limítrofes, como o de Santa Terezinha. Quais os conflitos envolvidos no desenvolvimento destes espaços e também como o rural vs. urbano influenciam na tomada de decisões político-administrativas, e nos preconceitos criados sobre esses espaços. Pensamos também a respeito da própria construção do distrito de Santa Terezinha e na inconclusão sobre as responsabilidades de cada município gestor do local, assim como a falta de delimitação territorial específica do distrito. São questões que tentaremos contemplar neste trabalho.

2. HISTÓRIA LOCAL, CULTURAL E POLÍTICA

A História Local compreende uma análise daquilo que está próximo de nós, e a pesquisa em história local visa conhecer o processo histórico desses nichos locais como uma forma de entender a formação das identidades dos sujeitos. Conforme Constantino (2004) *apud* Donner (2012, p. 231) “Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural”.

A realização de uma pesquisa em História Local requer do pesquisador um laço de convivência e de interesse com o local que realizará sua pesquisa. O estudo a respeito do bairro/distrito de Santa Terezinha realizado partiu justamente deste entendimento da história local, da necessidade da compreensão da construção histórica desses sujeitos que possibilitam visualizar hoje nessas comunidades a reprodução de arquétipos organizacionais nos bairros e da reprodução de costumes e ritos de sociabilidades do cotidiano que ultrapassam múltiplas gerações. O estudo dos bairros na perspectiva da história local busca conhecer e compreender os aspectos culturais, sociais e políticas do cotidiano dessas localidades.

A partir da história cultural podemos adentrar as questões relacionadas às tradições e manifestações da cultura popular e suas representações salientando os diálogos com a

antropologia que se faz necessário para tal propósito. Barros (2007, p. 96), em síntese diz que essa corrente de análise teórica no campo da história é marcada por sua preocupação social "que enfatiza o estudo de aspectos culturais" podendo se dividir em diversos estudos nesse meio, como cultura popular, história cultural das representações, etc.

A análise com base na História Política fez-se necessária aqui devido a necessidade de se estabelecer uma análise voltada a entender como o poder político administrativo municipais se constitui sobre os distritos limítrofes. Visto que a visão acerca desses poderes é essencial para compreendermos o funcionamento e a dependência desses lugares em relação ao poder político local. Segundo Barros (2007), a história política consiste numa abordagem que enfatiza o estudo do "Poder" passando pelas dimensões de poderes institucionais políticos até uma análise que compreenda os estudos dos micros- poderes que surgem no cotidiano.

Seguindo estas linhas de análise, isto é, a partir dos conceitos de história local, história cultural e história política, nos debruçamos sobre o conceito de bairro e de distrito que foram de crucial importância para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

2.1 Bairros e distritos

Os Bairros antecedem as cidades, sendo eles, os primeiros sinais de desenvolvimento e crescimento urbano. Portanto, a partir de estudos acerca dos bairros, conseguimos nos aproximar da compreensão das relações sociais e culturais advindas do fenômeno urbano. Não pretendemos aqui compreendê-los em sua totalidade, e nem poderíamos uma vez que cada um manifesta singularidades e aproximações entre si. Seria impossível compreender todas as complexidades, pois eles são o que podemos chamar de "microcosmos", uma vez que cada núcleo das cidades pode ser interpretado como pequenos universos. Existindo uma infinidade de possibilidades de análise acerca desses espaços. Portanto, nos permitiremos nesta seção apenas dissertar a respeito dos pontos que os caracterizam, seus arquétipos, vínculos e suas transformações, considerando a criação dos bairros-distritos.

Observando os movimentos promovidos pelo desenvolvimento da organização urbana, sabemos que os distritos não são orgânicos, e que nascem de interesse políticos, diferente dos bairros que surgem de associações de base comum e geralmente familiar. São notáveis as relações de poder e seus jogos de interesse intrínsecos nestes setores urbanos. Sendo assim, compreendemos que a ocupação e a organização desses espaços ao longo de seu desenvolvimento estão amplamente relacionadas e se subordinam ao poder em seu amplo sentido.

Os bairros na história têm suas primeiras aparições nas sociedades pré-urbanas, sendo estes construídos através de assentamentos primitivos caracterizados por sua autossuficiência social e identitária. Segundo ALI-ZADEH RASTAN (1990) "eles foram unificados por suas crenças espirituais, filiados a interesses sociais e territórios físicos"³. De acordo com Mumford (1954), muitas das funções que seriam de responsabilidade da cidade tendem a ser distribuídas naturalmente nos bairros primitivos - isto é, sem qualquer preocupação administrativa política (*apud* Smith, 2010, p.3)⁴. Não se ligando necessariamente estes, a núcleos citadinos como ocorre na contemporaneidade, onde os bairros estão sujeitos a uma cidade.

³ Tradução nossa. Texto original: "They were unified by their spiritual beliefs, affiliated with social interests and handed in physical territories."

⁴ Texto adaptado do original: "Neighborhoods, in some primitive, inchoate fashion exist wherever human beings congregate, in permanent family dwellings; and many of the functions of the city tend to be distributed naturally—that is, without any theoretical preoccupation or political direction—into neighborhoods. (Mumford, 1954 *apud* Smith, p.3, 2010)

Na geografia, o bairro em sua forma mais pragmática representa uma subdivisão de uma localidade. Sendo este espaço proveniente de uma produção humana, com identidade própria e senso de pertencimento, sendo um espaço de tradições culturais (por diversas vezes) consistentes e contínuas. Sendo lugar de práticas e ritos de sociabilidades cotidianas. Mayol (1996) caracteriza o bairro enquanto uma:

Assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. (MAYOL, 1996, p.44)

O bairro abriga em sua origem, suas estruturas e organização uma realidade complexa difícil de apreender em sua totalidade em qualquer que seja o estudo. Segundo Pacheco (2015):

O bairro pertence àquela categoria de ‘pedaços da realidade social’ que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma Identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade, ainda que com variações. (PACHECO, s.p. 2015)

Dessa forma, o bairro dentro dessa noção de “pedaços da realidade social” proposta por Pacheco (2015), pode ser entendido como uma parte essencial para a criação de uma identidade social, e é nele que se torna possível realizar toda forma de sociabilidades e de ritualização de práticas, condutas e de religiosidade.

Smith (2010) deixa clara a diferença entre os bairros e distritos baseado em suas leituras de autores como Stone (1987), Cowgill (1997), Dickinson (1961), Jacobs (1961), Kearns and Parkinson (2001) Suttles (1972) e Lewis Mumford (1954), sendo estes autores de diversos meios acadêmicos, dentre eles historiadores urbanos, planejadores urbanos (urbanismo), sociólogos e outros. Ele define os distritos enquanto:

Uma zona residencial que possui algum tipo de identidade administrativa ou social dentro de uma cidade. Na maioria dos casos, os distritos são maiores que os bairros. Podendo haver arquitetura pública e espaços dentro de um distrito, mas a habitação predomina. Distritos são normalmente composto de vários bairros. (SMITH, Michael E. 2010, p.140)

Os distritos surgem de forma diferente dos bairros embora possuam diversas semelhanças. Os distritos possuem um status oficial e em sua origem, sua identidade está vinculada a cidade por inúmeros motivos, inclusive a questão econômica. Smith (2010) entende que existem dois tipos de distritos comuns nas cidades: os administrativos e os sociais, em ambos apresentando predominância residencial. Sendo o primeiro, maior, possuindo aparelhos administrativos instalados, servindo como uma forma de administrador dentro das unidades da cidade, dessa maneira, pode ser composta de uma ou mais comunidades, já o segundo é composto por uma grande zona territorial residencial, marcada por padrões de interações ou características sociais. Desta forma entendemos que os distritos administrativos surgem para atender a uma demanda, auxiliando na administração de unidades da cidade, já o distrito social está mais voltado á as características sociais e culturais desenvolvidas no bairro que se expandiu.

2.2 Os bairros como uma fabricação do território usado

No estudo da história é óbvia a relação que se existente entre o homem e o tempo, sendo muito fortes as questões que se definem a partir de uma temporalidade, sendo, segundo Barros (2013), a definição da história como o estudo do homem no tempo um passo

importante para a expansão dos domínios historiográficos. Porém, Barros (2013) também salienta que “a definição de História, no seu aspecto mais irreduzível, deve incluir ainda outra coordenada para além do “homem” e do “tempo” (p.137)”. Barros chama a atenção para a importância, muitas vezes esquecida, que deve se dar ao espaço. E deixa enfatizado que o estudo da História em realidade consiste na análise da junção do homem, do tempo e do espaço, pois este é uma produção do homem no tempo.

Entendendo a importância do espaço para o estudo da história, e toda uma produção historiográfica, entramos em questões que envolvem, não só uma "nova história" como também uma "nova geografia". Ela nos possibilita novas análises a respeito dos espaços, dos territórios, digamos espaços e territórios, pois ambos têm diversas definições e sentidos atribuídos em cada caso.

Tendo em vista as concepções de espaço e território que são interessantes à história e concordando com o destaque de Gomes *et al* (2013, p. 66) sobre as concepções de Milton Santos, “o espaço geográfico é uma categoria histórica”, mas não é apenas o território pelo território que nos interessa, e sim o “território usado” também proposto por Milton Santos, qual defende que é a utilização do território que cria o espaço e que o território usado representa uma interação do homem com o meio, no ato de residir, em sua religiosidade e em suas conexões cotidianas. Dessa forma, entendemos que a utilização do espaço vai além do território físico, ele configura uma identidade, pois é uma produção humana, sendo este um fruto social.

Milton Santos (1998) em seu artigo "O Retorno do Território" nos informa que o papel ativo do território na pós-modernidade nos faz pensar em como se construiu a noção de território no passado historicamente marcado em seu nome, associando-o a um passado longínquo, remetendo o seu pensamento ao que chama de "início da história", ainda que tudo tenha mudado. Ele faz essa associação considerando um período onde nem todo território era estatizado, considera, ainda, a relevância do papel do território para as ciências sociais, deixando claro que o território vai muito além do que é chamado atenção nos critérios da globalização.

No mesmo artigo, Milton Santos (1998) concebe o território dentro do que denomina de verticalidades e horizontalidades. Segundo o mesmo:

As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma comunidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligadas por todas as formas e processos sociais. (SANTOS, Milton 1998, p.16)

Dessa forma, em concordância com as dimensões propostas por Milton Santos, porém aplicadas no campo historiográfico, concebemos ambas as direções do que envolve a territorialidade como uma possibilidade de analisar através do uso do território como se constroem comunidades, as relações do homem com o tempo-espaço e os elos que os vinculam.

A fabricação de um território, seja de um país, estado, cidade, bairros ou distritos, se vinculam de certa forma ao que forja uma identidade, auxilia no processo de associação e de pertença ao lugar, essa associação pode ser percebida como uma forma de separação do outro ao traçar uma linha de separação literal ou não.

Haesbaert (2009, p. 94) entende que "a demarcação territorial é a ordem metropolitana e, em certo sentido, é a vida, o pulsar da sociedade através destes espaços (...) funciona como uma garantia de permanência e associabilidade". Ao mesmo tempo em que considera também uma mobilidade nestes espaços, entendendo que o território não é "estático, enraizado, limite ou fronteira" (apud Gomes *et al*, 2013, p.72). No que diz respeito á mobilidade territorial e o

processo de desterritorialização e a reterritorialização, o mesmo usa o conceito de territorialidade de Sack (1986) que implica em entendimento mais político que cultural do território para explicar o caráter predominantemente político das demarcações territoriais, na qual as mesmas seriam uma tentativa de uma pessoa ou grupo de exercer poder e controle sobre as pessoas e sobre uma área geográfica.⁵ Dessa forma, entendemos através de Haesbaert (2009) que no conceito de territorialidade de Sack, os espaços só se tornam um território através de uma ação política.

Logo entendemos que ao demarcar um território indica não só uma tentativa de associação com o lugar como também pode configurar uma tentativa de controle do espaço delimitado, uma posse. Portanto, uma demonstração de poder, de interesse. Para explorar ou usar de algum meio, cultural, político ou econômico.

2.3 Território limítrofe: os bairros-distrito

Smith (2010) cita Munford (1954) para falar da distribuição das responsabilidades nos bairros presentes nas sociedades pré-urbanas, ou seja, da administração destes bairros. Sendo, estas responsabilidades estabelecidas dentro do bairro por membros da comunidade, sem que houvesse uma sujeição administrativa especificada a uma determinada cidade, não adotando para si a identidade do espaço da cidade, dessa forma construindo para si (o bairro) uma identidade própria. Sabendo que as relações entre esses bairros e as cidades se estabeleceram seguindo um fluxo de interesses daqueles que as constroem e delas fazem uso, possivelmente associados a trocas de serviços; entendemos a possibilidade de se fazer relação à problemática dos bairros na contemporaneidade situados às margens das cidades, entre divisas territoriais, muitas vezes distantes da sede municipal, como o distrito de Santa Terezinha, que se encontra longe demais para se associar a identidade da cidade e perto demais para se desassociar, mantendo assim vínculos de interesse.

Por mais que se estabeleçam instrumentos administrativos de um município nestes espaços, prevalecerão à identidade projetada sobre o bairro que segue os mesmos padrões dos bairros primitivos, quais não se integram a cidade, mas não se nega a relação de interesses. Uma vez se estabelecendo o distrito, não significa que haverá na prática a posse daquele território, uma vez que a mobilidade desses espaços se mostram maiores que nos bairros comuns às cidades.

Se tratando dessa mobilidade, e do fluxo de interações mais intenso nestes espaços extra a cidade, o autor Smith (2010) se utiliza de Sampson (2004) para dizer que é difícil identificar os limites dos bairros, pois existem diversos fatores como padrões espaciais e de interações, assim como de características sociais que dificultam o processo de delimitação desses espaços. Dessa forma muitos bairros não possuem uma delimitação clara de seu perímetro espacial por conta de seu fluxo de mobilidade entre eles e outros bairros ou cidades. Sendo assim, os bairros distritos que surgem as margens das cidades configuram um fluxo de mobilidade ainda maior que os bairros, pois estabelece vínculos relacionais não só com outros bairros, mas também entre cidades. Sendo estes vínculos em níveis comerciais e culturais chegando a adotar características de ambos os lugares.

Para ilustrar, entendemos que o distrito tem função semelhante à de uma paróquia, pois está situado afastado da sede que o administra, mas funciona como apoio e até mesmo como uma forma de controle das comunidades ao entorno do mesmo. Assim como funcionam as paróquias, também é possível a transferência da gestão para outra administração, outra instituição de poderes. Nesse caso, existe também uma mobilidade na modalidade administrativa dos distritos.

⁵ Sack (1986) apud Haesbaert (p. 133, 2009)

2.4 Identidade e pertencimento

Quando falamos em bairros situados em territórios limítrofes ou distritos com qualquer pessoa, a primeira pergunta sempre vem acompanhada de questões que envolvem subjetividades como a identidade que a pessoa relaciona ao lugar e quanto ao pertencimento e ao sentimento de pertencer ao lugar. Faz parte de que cidade? É um bairro ou um distrito? Algo simples torna-se complexo diante destas questões. Como já citado nas seções anteriores, nestes lugares existem diversas características que levam a confusão a quem reside e aos olhos de fora.

Da mesma forma que existe uma mobilidade dentro dos espaços dos bairros e distritos em relação aos vínculos econômicos e administrativos, também no que diz respeito à identidade e a noção de pertencimento forjada pela união do homem ao espaço do bairro é móvel. Bauman diz que tanto a ideia de pertencimento quanto a de identidade “não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17).

O mesmo também fala da associação direta que se faz ao lugar acerca da identidade e do pertencimento, relata um censo ocorrido na Polônia, sua terra natal, para explicar que mesmo que se ignore ou desconheça o sentido de nação, as pessoas se associavam ao lugar com expressões como “somos daqui”, “pertencemos a este lugar (BAUMAN, 2005, p. 24)”. Este tipo de associação não é comum apenas quando falamos de nacionalidade, mas também quando pensamos nos estados, no seio das cidades, nos bairros e distritos. Segundo Bauman (2005) a idéia identidade surge a partir da crise do pertencimento.

Hall (2006, p. 12-13) ao tratar da construção da identidade do sujeito pós-moderno, diz que a identidade desse sujeito “não é fixa, essencial ou permanente” sendo transformada continuamente. O mesmo chama a atenção para o mesmo ponto que Bauman (2005) ao citar Mercer (1990) salienta que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise (...)”, essa crise citada por ambos é provocada pelo movimento que reflete as mudanças estruturais e institucionais pertinentes a pós-modernidade, uma vez que promovem uma fragmentação das “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2006, p. 9) dissolvendo o que era tido como fixo, até mesmo em relação ao lugar de pertencimento, dessa forma desenvolvendo uma crise de identidade, e é dessas concepções de identidade que nos valem para discutir nossas questões.

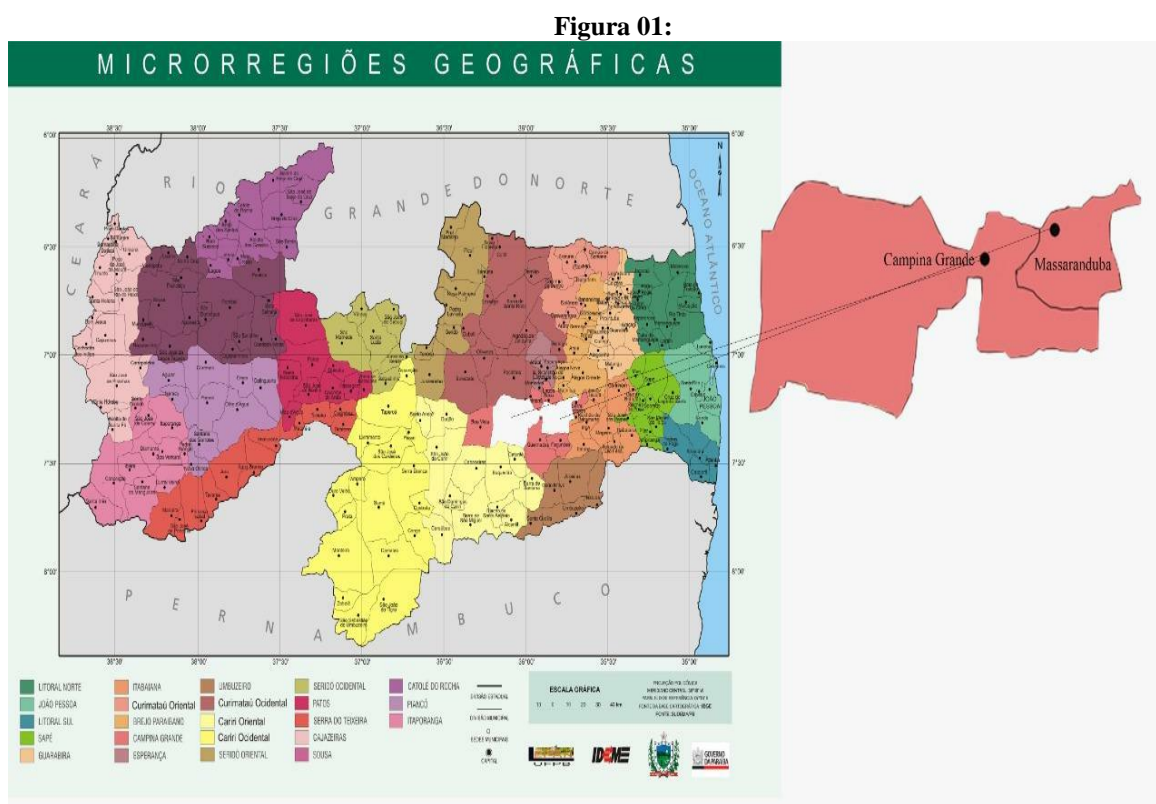
Tentar definir uma identidade, um pertencimento nos espaços que não possuem delimitação especificada e que se encontra em crescente movimento e ainda estão situados entre os limites de uma cidade e outra, deixa uma carência no sentido de não saber especificar seu pertencimento, e o constante convívio entre duas ou mais realidades sem dúvidas se desenvolvem perguntas que não se resolvem com respostas claras, geram uma crise de identidade nos residentes e nos que estão fora desses espaços. E conseqüentemente chegamos ao mesmo ponto que chegou o censo citado por Bauman (2005) e a fragmentação do sujeito pós-moderno de Hall (2006), existindo um vínculo com o lugar, mas pondo em questão uma mobilidade na identidade que se divide entre uma cidade e outra se fragmentando em momentos diferenciados, atendendo as diversas motivações.

A partir das contribuições de cada um dos autores citados acima será possível realizar uma análise a respeito do bairro/distrito de Santa Terezinha e de algumas de suas características peculiares de formação, uma vez que por meio deles podemos compreender que temos nos bairros ainda hoje problemas de organização, administração entre outros, que não só configura um problema das sociedades contemporâneas e o seu desenvolvimento frenético como também é nítida a reprodução de características dos bairros formados nas sociedades pré-urbanas.

Somadas as perspectivas teóricas e os conceitos apresentados essenciais a esta pesquisa, nos fornecem uma ampla possibilidade para construir um trajeto que abarca as construções dos bairros e dos distritos, os aspectos culturais desses lugares e as identidades. Passando por uma análise do poder estabelecido pelos aparelhos administrativo-municipais e compreender também como essas comunidades se comportam em seu cotidiano, podemos compreender a complexidade envolta na formação dos bairros/distritos.

3. O DISTRITO DE SANTA TEREZINHA: LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PECULIARIDADES

O distrito/bairro de Santa Terezinha, situado na microrregião de Campina Grande em divisa com o município de Massaranduba (conforme Figura 01), desenvolveu-se no local onde se localizava o sítio Jacú.



O sítio Jacú é parte de uma memória quase perdida por parte de seus moradores que em sua maioria, não recordam o antigo nome. Tal nome fora recordado através de documentos de escritura de doação pertencentes à Igreja Católica e também através do “livro de actos do grupo evangelizador”, documento manuscrito organizado em 7 de setembro de 1927 em Campina Grande, nos primeiros anos de atuação da igreja congregacional na cidade.

O último documento citado, sendo o mais antigo localizado até o momento, retrata as reuniões e as tomadas de decisões do grupo evangelizador. Todas as “actas” assinadas pelo primeiro secretário, identificado como João, cujo sobrenome encontra-se ilegível no documento escrito a mão, sendo denominadas ao fim das folhas como Expedição Falcão,

retratando o início e o fim de cada reunião. As actas escritas à mão organizadas no livro falam das missões de evangelização no sítio Jacú e em outras localidades, assim como trata da questão do analfabetismo e dos cursos para leigos que planejavam fornecer, onde a irmã do próprio reverendo se oferecia como professora do curso primário que ensinaria a custas de uma mensalidade para os sócios que pudessem pagar. Relatam entrega de panfletos, recolhimento de mensalidades e de ofertas voluntárias. Sendo este um ponto para nos atentarmos. Uma vez que essas missões requeriam deslocamentos frequentes ao local e eventualmente um “assentamento” dos evangelizadores no local para montar uma igreja e chamar os fiéis recém-adeptos. Se tratando de um sítio, podemos concluir que se tratava de um lugar simples sem muitos residentes e que a chegada dos missionários estabeleceu maior movimentação no local.

A transformação do sítio Jacú em Santa Terezinha se deu sem dúvidas através da fé, por meio da participação da igreja. Embora estando presentes os missionários evangélicos no local, a crença católica exerceu maior poder em atrair fiéis, existindo um fluxo de deslocamento para o local muito maior a fim de se chegar à igreja de Santa Terezinha do menino Jesus, para assistir a missas, batismos e participar de festividades promovidas pela mesma, como procissões, apresentações do grupo infantil do pastoril, entre outras.

O deslocamento vindo de outros sítios próximos e de bairros de Campina Grande como o bairro do José Pinheiro, uma vez que a capela já fora administrada pela Igreja de São José situada no referido bairro, representam um fluxo constante e contínuo de pessoas no bairro, que associavam diretamente o lugar a igreja. À medida que surgiu uma vila em torno de uma pequena igreja católica dedicada a Santa Terezinha construída em 1933, sua imagem constantemente fora associada à igreja, como o seu ponto de referência. Conforme a fachada da igreja (ver Figura 02 e 03), que não foi alterada durante as reformas qual a igreja já passou ao longo dos anos.

Figura 02:



Foto: Sayonara Oliveira - Ago 2019

Figura 03:

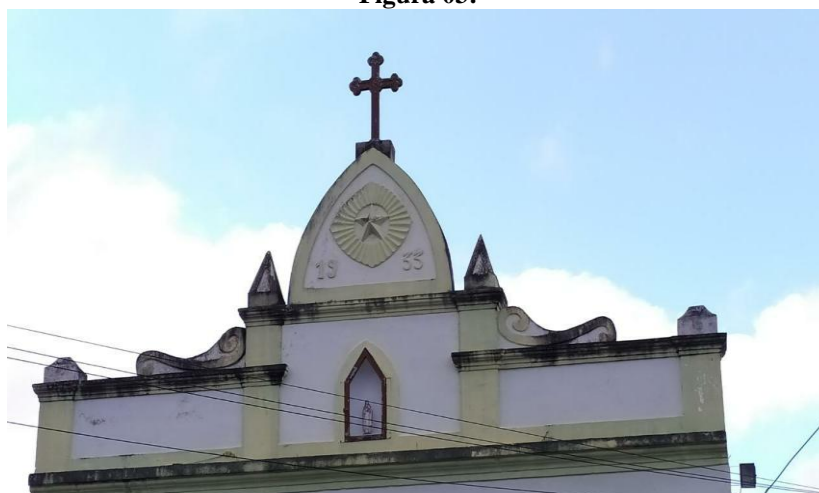
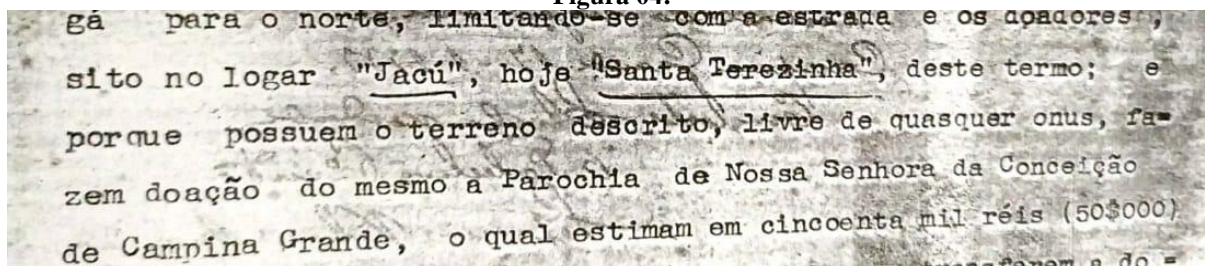


Foto: Sayonara Oliveira - Ago 2019

Embora a construção esteja datada de 1933, a doação do terreno ocupado pela capela de Santa Terezinha, só ocorreu anos mais tarde, conforme averiguado mediante documentos de doação registrados no 1º Cartório da comarca de Campina Grande, sendo 3 documentos encontrados, o primeiro trata-se de uma escritura de doação, registrada sob o número 13780, página 153, apresentado em Campina Grande em 23 de Janeiro de 1939, qual consta a doação feita pelo casal Snr. Camilo Eloy de Almeida e mulher D. Petronila Pequeno de Almeida, residentes de Campina Grande. Doação esta, feita à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da mesma cidade, representada pelo vigário, Padre José de Medeiros Delgado.

Os pontos interessantes a se destacar neste documento estão tanto ato de construir a capela em um terreno qual ainda não tinha posse, segundo o documento, mas ainda assim fora construída e já fazia parte do local, o que pode representar um costume comum presente em cidades pequenas e vilarejos, onde muitas vezes o proprietário doa verbalmente ou permite a utilização temporária de um terreno para que haja celebrações religiosas no local e depois de anos a doação oficial é efetivada, como ocorreu no caso retratado no documento, ou apenas apropriado de vez através da usucapião, assim como também na referência que o tabelião faz no documento em sua primeira página, a respeito do nome do lugar, qual diz ambos os nomes, Jacú e Santa Terezinha, representando o que era e o que passou a ser. A partir deste documento vem ao nosso entendimento de que já em 1939, mudou-se a configuração do lugar. Antes representado pelo nome de uma ave e naquele momento passará a homenagear uma santa católica, conforme pode ser verificada na a figura 4 abaixo.

Figura 04:



Trecho da escritura de doação registrada no 1º Cartório de Campina Grande.

Adaptação: Sayonara Oliveira Acesso em: 15 de maio de 2019

Possuindo uma diferença de aproximadamente 12 anos entre os documentos “livro de actos do grupo evangelizador” e a “escritura de doação” imaginamos quantas mudanças puderam ter ocorrido no local, e como a influência de uma capela se associou ao espaço se fazendo de referência através da população que fazia uso da mesma até ter o seu nome vinculado e batizado o lugar. Os outros dois documentos apenas reiteram e certificam as informações que constam no documento supracitado.

A mudança de nome do lugar, através do uso das pessoas e a influência do que se tornou referência, no caso, a igreja de Santa Terezinha, nos leva a pensar que este processo figura a criação e associação de uma nova identidade para o lugar, construída e aceita pela população daquele momento. Sendo esta identidade criada através de vínculos religiosos. Desta forma se aproximando do que foi dito por Ali-Zadeh Rastan (1990) sobre a ideia de unidade criada através de suas crenças e interesses, associadas ao que deixara de ser Jacú e tornara-se Santa Terezinha, assim, manifestando o que seria um dos primeiros sinais de construção da comunidade que viria a se tornar um bairro-distrito mais tarde.

Além do fluxo religioso, por se tratar de uma zona rural, a maior parte do local era ocupada por fazendas, as quais os donos cediam parte da terra temporariamente para a agricultura familiar em troca de pagamentos, ou em serviços com o gado, na lavoura ou na própria fazenda, podendo requerer também parte da produção. Considerando o hábito comum de construir ranchos (abrigos) nos roçados, hábito ainda não abandonado pode imaginar que muitos desses ranchos puderam ter se transformado em moradia para esses agricultores, dos quais no decorrer dos anos acabaram sendo apropriados por usucapião. Ainda em relação à ocupação do distrito de Santa Terezinha, Faustino (2011) nos apresenta o desenvolvimento do bairro de Santa Terezinha como resultado de um procedimento chamado “foro”, que configura o uso do terreno mediante pagamento. Segundo o Ministério da Economia (2015)⁶ “O foro é a receita patrimonial cobrada anualmente devida pela utilização do imóvel sob regime de aforamento, sendo o sujeito passivo o titular do domínio útil sendo a alíquota de 0,6% do valor atualizado do domínio pleno do terreno da União”. Conforme Faustino (2011) o bairro surgiu do chamado “foro”, com uma peculiaridade, que advém da construção da moradia num terreno alugado.

Embora considerando a visão apresentada por Faustino (2011) a respeito de povoamento do bairro/ distrito em questão como uma possibilidade discordou dos dados apresentados pela mesma, uma vez que a mesma apresenta apenas uma entrevista isolada sem dados comparativos ou outras fontes a respeito do dado momento qual considera uma espécie de marco de início de desenvolvimento de Santa Terezinha. Sendo este conforme Faustino (2011):

Processo de ocupação do bairro ocorreu segundo relatos, através de um senhor chamado Raimundo de Farias que era proprietário da maioria das terras nas quais se situa o referido bairro. No início da década de 1940, ele negociou alguns lotes de terra de forma bem peculiar, pois os primeiros moradores construíram casebres num terreno cedido pelo proprietário mediante o pagamento mensal dos mesmos, ou seja, o morador era dono do casebre e não do terreno (p.10).

Dessa forma, podemos ver que as informações contradizem as informações obtidas através da análise documental de um período anterior ao que a mesma apresenta como ponto inicial de povoamento do atual bairro-distrito. Porém, não discordamos da mesma quando pensamos na importância do s.r. Raimundo de Farias para o desenvolvimento do bairro, uma vez que de fato o mesmo possuía uma grande quantidade de terras no lugar, sendo de sua posse dois terrenos nos quais se construíram o primeiro grupo escolar do bairro e o outro

⁶ Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Ministério da Economia.

sendo o terreno qual se construiu o Club dos Caçadores, qual fez seu nome na história de Campina Grande na década de 1970, tendo grande importância para a história do bairro de Santa Terezinha.

Outro ponto qual não concordamos com a monografia sobre Santa Terezinha de autoria de Faustino qual fora defendida em 2011, consiste na forma qual a pesquisa da mesma concebe a questão do nome dado ao bairro, onde a mesma diz que:

Segundo o relato de moradores, o bairro de Santa Terezinha recebe esta denominação em homenagem a padroeira de Massaranduba, município este que está relacionado diretamente com a população residente do bairro em estudo, distribuída entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba (...) (FAUSTINO, p. 10, 2011).

Pondo a capela de Santa Terezinha do menino Jesus como o ponto de referência maior para a determinação do lugar, não é de se admirar que o povoado se popularizasse com este nome. Embora o nome dedicado à santa católica seja o mesmo da padroeira de Massaranduba, nada tem a ver com a mesma, uma vez que a igreja surgiu antes mesmo que Massaranduba aparecesse como distrito de Campina Grande em Dezembro de 1936 nas divisões territoriais expedidas⁷, e até antes de ser fundada a Igreja Matriz de Santa Terezinha em Massaranduba no ano de 1950.

Sendo assim, contestamos a versão apresentada na monografia sobre Santa Terezinha de autoria de Faustino, a respeito também da denominação do bairro de Santa Terezinha, uma vez que trouxemos informações que não foram contemplados pela mesma, dessa forma, as novas informações apresentadas aqui, também estão livres para contestações e atualizações futuras.

Ao experienciar um processo de expansão do território e desenvolvimento, o povoado de Santa Terezinha, em 1965, através de um decreto do governo do Estado da Paraíba, torna-se um distrito, elevando-se a categoria de Vila. Conforme disponível em texto integral no site da Assembleia Legislativa da Paraíba, o distrito fora criado mediante a lei estadual nº 3361, de 06-09-1965 - parágrafo único - O distrito de Santa Terezinha se configura como um distrito Judiciário, criado pelo Estado da Paraíba. Explicitamente o texto fala que fica criado *no* município de Campina Grande, o distrito de Santa Terezinha com sede no povoado de mesmo nome obedecendo aos limites do território Policial e estabelecendo um Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais.

O texto que compõe o decreto é vago em especificar quais seriam os limites específicos do território demarcado como distrito, restando dúvidas a respeito dos limites qual obedecia, assim como também não determina responsabilidade acerca do mesmo, uma vez que está dentro de um território nem sempre configura um pertencimento ao mesmo, além de deixar aberta a interpretação à possibilidade de o distrito ser composto por mais de uma comunidade, sítios próximos, dentro dos seus limites de suporte e influência. Retornamos através destas questões a Smith (2010), pois é através do mesmo que temos concepções aproximadas em relação ao distrito, pois o mesmo entende que um distrito tanto pode ser um espaço residencial unificado socialmente como também pode ser formado por um conjunto de espaços com uma sede que auxilia na administração dos núcleos da cidade próximos ao mesmo, e são justamente a estas duas possibilidades a que o decreto lei deixa abertas a interpretação.

Considerando que o distrito de Santa Terezinha funciona hoje como um ponto de apoio, onde fornece serviços escolares e de saúde para comunidades vizinhas, uma vez que é mais próximo que o deslocamento para Campina Grande ou Massaranduba é natural que

⁷ segundo dados coletados pelo IBGE (data da pesquisa não especificada).

Figura 06:



fonte:SESUMA. Adaptação própria. Acesso: 12/04/19

Esses mapas podem ser interpretados como resultado da confusão que corre em torno do distrito desde o período de sua criação. Sendo o distrito hora listado, e hora não. A depender do interesse sobre o local estabelecido pela administração pública.

3.1 Considerando as questões políticas e culturais

Considerando a formação de Santa Terezinha enquanto bairro por seus moradores e enquanto de distrito com status oficial pelo aparelho administrativo municipal e estadual, analisamos essa formação, considerando os diferentes processos conforme o proposto por Munford (apud Smith, 2010) no que ele chama de “direções políticas”⁸ que considera a formação do bairro e do distrito em duas dimensões sendo elas de baixo para cima” no caso dos bairros e de cima para baixo no caso dos distritos. Para esta discussão as verticalidades e horizontalidades dispostas em Milton Santos (1998) em seu conceito de territorialidade uma vez que ambos os conceitos se cruzam, mesmo mudando as direções.

O bairro-distrito de Santa Terezinha enquanto bairro, considerando as horizontalidades de Santos (1998) e a direção política que se estabelece de baixo para cima em Munford, qual tivemos acesso através de Smith (2010), se dá dentro dos domínios da vizinhança, que se reúnem e se comunicam na comunidade, assim crescendo e se desenvolvendo a parte da base popular, tendo uma rotina diária, por meio de suas vidas particulares, das atividades coletivas, a exemplo das que são relacionadas à religiosidade, ao trabalho e no lazer.

Já quando temos em mente a construção do bairro enquanto um espaço distrital, e isso nos recorda o decreto lei do qual falamos na seção anterior a respeito da criação do distrito, a direção política de “cima para baixo” aplicada por Munford (apud smith 2010) considera

⁸ traduzido do original: “political direction” (Smith, p. 3, 2010)

justamente este ato de decidir a partir da sua posição de poder, pertinentes à aqueles que governam, aqueles que se encontram no alto e não nas bases. No caso de Santa Terezinha, a decisão e a criação do seu território como um espaço distrital vieram justamente através do Governo do Estado da Paraíba em 1965. As verticalidades de Santos (1998) englobam as relações que o distrito estabelece que estejam fora do domínio que pertence às horizontalidades, ou seja, podemos interpretar, por exemplo, como as relações que o distrito em questão estabelece com ambas às cidades a qual se vincula, assim como também as relações com as comunidades quais porventura se utilizam dos aparatos dispostos nos mesmo, como é o caso do Cartório criado no distrito através do mesmo decreto supracitado.

Dessa forma, temos um processo que se dá em direções distintas, o primeiro se dá por meio do ajuntamento regular ou não de pessoas em comum, laços relacionais de cultura, de familiaridade, e no outro temos a criação de uma estrutura de interesse político, criado através de uma administração política. A partir destas considerações entendemos que o bairro-distrito em questão desenvolveu duas identidades a partir do uso de seu território, sendo uma vinculada ao controle político do Estado e dos municípios e a outra social-cultural, própria do viver no bairro. Dessa forma as entendemos como resultado de uma fragmentação identitária, que convivem e que podem se modificar, de acordo com o uso de seus moradores.

3.2 A política administrativa municipal no distrito de Santa Terezinha

Temos inúmeras questões a discutir a respeito das políticas administrativas voltadas ao distrito, porém, por hora, nosso foco se compromete apenas a apresentar e discutir a respeito da dualidade administrativa do distrito de Santa Terezinha a partir de sua criação enquanto distrito em 1965. Sabendo que o distrito fora criado dentro do território de Campina Grande, é suposto que a responsabilidade da administração e manutenção do distrito cairia sob o município sede do município que seria Campina Grande. Todavia o distrito não fora anexado a mesma. Uma vez que o distrito fica dividido entre duas administrações, em estado de coadministração dividido entre duas cidades com paisagens diferentes que configuram o cenário rural *vs.* urbano. Questionamo-nos sobre como funciona as verticalidades e horizontalidades e as direções políticas presentes no bairro, e como esta coadministração se estabelece.

Primeiro, entendemos que, conforme já apresentado, a criação do distrito estava sob a responsabilidade do Estado, e não do município. Em segundo lugar, consideramos que o distrito tinha seu território ligado naquele momento a dois municípios e por fim levamos em consideração a emancipação de Massaranduba no mesmo ano, que absorveu em seu território pequenas comunidades, sítios que se situavam próximos ao seu território, conforme disponível nos dados municipais dispostos no site da mesma, embora que, segundo o decreto Lei de número 3.308 que a emancipa o município declare no parágrafo único que, o município de Massaranduba fica constituído na sua totalidade pelo território que possuía enquanto estava na condição de distrito.

As verticalidades de Santos (1998) se inserem aqui a partir das relações que se estabelecem entre Santa Terezinha, Campina Grande e Massaranduba. Uma vez que o distrito necessitava de serviços e suporte se estabelece uma relação com ambas às prefeituras. Campina Grande por estar situada mais próxima do distrito, estabelece com o mesmo uma relação que combina relações empregatícias e econômicas e disponibiliza acesso a educação através do grupo escolar instalado na rua principal do distrito em questão. Já o município de Massaranduba se insere no âmbito das relações com o distrito através da zona rural, oferecendo suporte relacionado à atividade predominante no povoado naquele momento, a agricultura, principalmente a agricultura familiar, em troca de uma transferência eleitoral para os domínios do município, assim se misturando ao bairro.

Ainda que estabelecidas estas relações, entre os municípios citados, o distrito não fora instalado por nenhuma das partes oficialmente, não se vinculando as ambas as cidades. Dessa forma se configurando conforme os bairros presentes nas sociedades pré-urbanas segundo Smith (2010) e Ali-Zadeh Rastan (1990) onde os mesmos estão afastados do território das cidades não se sujeitando as mesmas, estabelecendo para si uma identidade diferenciada implicando numa permanência de características dos arquétipos de bairros pré-urbanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são os limites entre ser e o estar em um lugar? Questionamo-nos. Ser parte e fazer parte sem ser, são questões comuns aos distritos, em particular ao distrito de Santa Terezinha. Compreender a formação dos distritos situados em “divisas” territoriais onde encontramos uma espécie de coadministração de municípios e como se portam os residentes destes locais é um grande desafio devido a sua dualidade. Ao iniciar a pesquisa, nos deparamos ainda com questões que envolvem a identidade, do lugar e de seus residentes, se tornando ainda mais complexas as considerações acerca do tema.

A ideia de trabalhar a construção histórica desses espaços salientando a influência da coadministração municipal no cotidiano e no aparato político administrativo do espaço e de seus residentes surge como uma possibilidade de entendermos como se constrói a identidade ambígua em territórios limítrofes, como os bairros- distritos.

Pensamos sobre como se constituíam esses espaços que estão à margem na sociedade pré-urbana e como ainda se manifesta nos bairros e distritos da atualidade a ideia de aproximação e distanciamento entre os bairros-distritos e as cidades de forma semelhante aos primeiros arquétipos de organização das sociedades pré-urbanas.

. Dessa forma, ponderamos sobre como o aparelho administrativo gerencia os distritos na atualidade. Embora possa parecer uma vantagem não estabelecer um pertencimento a uma cidade, essas indefinições ocasionam em problemas, que levam aos bairros-distritos a serem sufocados, impedindo o seu desenvolvimento, dificultando acesso a serviços, pois, como em Santa Terezinha, uma administração joga a responsabilidade para a outra e no fim, apenas se aproveitam os moradores do local.

Consideramos os conflitos envolvidos no desenvolvimento destes espaços, a que atendem os distritos, por que são diferentes dos bairros comuns e como o rural vs. urbano estão presentes nos mesmos e se torna mais um ponto que se insere a lista que envolve a indeterminação de seus limites e seu pertencimento.

Trabalhar estas questões através do bairro-distrito de Santa Terezinha foi sem dúvida um desafio gratificante que ainda não se encerrou, visto que esta pesquisa é apenas uma preliminar para o desenvolvimento de outro trabalho a ser desenvolvido no futuro próximo. Gostaríamos de reiterar, para que não haja dúvidas, a análise de territórios, dos espaços, dos bairros e distritos é certamente uma ocupação dos domínios da História e não apenas da Geografia, e que as análises a respeito dos espaços construídos pelo homem só engrandecem o nosso conhecimento acerca da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALI-ZADEH RASTAN, Soheil. **The neighborhood: a progressive presentation from the traditional to contemporary**. MONTREAL - Canadá (Dissertação de Mestrado) School of Architecture McGill University. 1990
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2º ed., 1º reimpressão São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. **IDENTIDADE: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 3.308, de 7 de maio de 1965**. Cria o município de Massaranduba. Paraíba, 1965. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>. Acesso em: 5 out. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 3.361, de 6 de setembro de 1965**. Cria o distrito judiciário de Santa Terezinha, no município de Campina Grande. Paraíba, 1965. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>. Acesso em: 5 out. 2019.
- CAMPINA GRANDE, Prefeitura municipal de. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (Sesuma). **Plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do Município de Campina Grande - PB (PMGIRS - CAMPINA GRANDE)**. Campina Grande, 2014.
- CAMPINA GRANDE, Prefeitura municipal de. **Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência - SEPLAN**. Acesso em 15/04/19.
- DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In. **XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: história, memória e patrimônio**. Anais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- FAUSTINO, Mayara Matos. **SANTA TEREZINHA: especificidades administrativa e identitária de uma comunidade limítrofe**. Campina Grande – PB (Monografia). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed., - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Maiara da Silva *et al.* O potencial político da categoria ‘território Usado’. In: STEINBERGER, Marília (org.) **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler editora, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. Ed., 1º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. Ed. - Rio de Janeiro. DP&A, 2006.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE** - Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/campinagrande>. Acesso em 12/04/19

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE CIDADES**
Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15/04/19

LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP
Editora da UNICAMP, 1990. **Documento / Monumento**.

MAYOL, Pierre. Morar. In: **A invenção do cotidiano**. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre
Mayol; tradução: Ephraim, F. Alves e Lucia Endlich Orth. 7. Ed. - Petrópolis. RJ: Vozes,
1996. Cap. 1: O Bairro.

MASSARANDUBA, Prefeitura municipal de. **Dados Municipais**. Disponível em:
<http://massaranduba.pb.io.org.br/>. Acesso em 13/05/19.

PACHECO, J. B. O conceito geográfico de bairro: uma aplicação à questão do Sítio
Campinas/Basa e da Ilhinha. Revista de Política Pública. São Luís. v. 05. n 1-2. p. 90-109.
2001.

PLANEJAMENTO, Desenvolvimento e Gestão. [S. l.], **O que é taxa de ocupação? E foro?**
22 maio 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/patrimonio-da-uniao/receitas-patrimoniais/o-que-e-taxa-de-ocupacao-e-foro>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Território: Globalização e fragmentação**. - 4º
ed. - São Paulo: Hucitec, 1998

SEVERINO, Antônio Joaquim. Modalidades e metodologia de pesquisa científica. In:
Metodologia do trabalho científico. – 23º ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, Michael E. **The archaeological study of neighborhoods and districts in ancient
cities**. Journal of Anthropological Archaeology. Elsevier. 2010

FONTES

IGREJA EVANGÉLICA DE CAMPINA GRANDE. **Livro de actos do Grupo Evangelizador** - Composto por 6 actas, Organizado em 7 de Set de 1927 em Campina Grande (documento manuscrito)

CAMPINA GRANDE (PB). 1º Cartório de Notas, Republica dos Estados Unidos do Brasil, comarca de Campina Grande - Estado da Paraíba. **Registro de Imóveis**. Registro em: 23 jan. 1939.

CAMPINA GRANDE (PB). 1º Cartório de Notas, Republica dos Estados Unidos do Brasil, comarca de Campina Grande - Estado da Paraíba. **Escritura de doação**. Registro em: 17 jan. 1939.

CAMPINA GRANDE (PB). 1º Cartório, República Federativa do Brasil, Comarca de Campina Grande - Estado da Paraíba. **Certidão**. Registro em: 30 nov. 2011.

AGRADECIMENTOS

São muitas as coisas e pessoas que tenho a agradecer. Por todas as alegrias, tristezas e estresses que tornaram esses anos na UEPB memoráveis. Sou muito grata a instituição que me acolheu, ao Curso de licenciatura em História da UEPB e a coordenação por está sempre disponível e atenta. Sou muito feliz por ter perseverado e chegado até aqui.

Agradeço a todos os professores que me ajudaram durante essa caminhada. Que me ensinaram, compreenderam, e me deram forças para continuar todas as vezes que pensei em desistir.

Agradeço ao professor Flávio por aceitar me orientar neste trabalho apesar de sua jornada corrida, e por tudo que aprendi nas disciplinas que tive a oportunidade de assistir com o mesmo.

Agradeço a Banca, composta pelos professores Iordan e Luiz Carlos, por se disponibilizarem para examinar o meu trabalho.

Agradeço a minha família, em especial a minha Mãe, Maria José, e a minha avó, Maria de Lourdes, por tudo que fizeram por mim. E principalmente por me ensinarem o valor do estudo e da educação.

Agradeço aos meus amigos por todo o amor, carinho, compreensão e por toda a ajuda que recebo todos os dias. Me sinto muito grata por ter vocês em minha vida.

Agradeço a minha amiga Heloísa, por me ouvir e me apoiar, e por me ajudar todos os dias.

Agradeço a Layze por toda a ajuda que me deu mesmo estando sempre tão ocupada.

Agradeço a Lays e a Arthur por me ajudarem tanto durante a graduação.

Agradeço a Bruno e a Fernanda por sempre estarem comigo quando precisei.

Agradeço a Lissandro pela ajuda que me tem dado sempre que tenho dúvidas.

Agradeço a Carol (98) por me auxiliar na busca de documentos para esta pesquisa.

Agradeço a minhas amigas Mayara e Ricalinia por me ajudarem e por sempre estarem disponíveis, por todas as alegrias que me proporcionam.

Agradeço a Geyze por todo o amor e carinho que me dedica, e por sua compreensão em todos os meus momentos de estresse.

Agradeço a Débora e a Ramon por serem como irmãos para mim, por todas as risadas que proporcionaram quando eu estava triste e exausta.

Agradeço a todos os outros amigos, que tem me apoiado e feito companhia, Rafael, Adrielly, Helton, Renne, Andrey e todos os outros que não mencionei, saibam que agradeço de igual maneira.